

6.00.00.00-7 - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

6.02.04.00-1 - Ciências Contábeis

## **O ENSINO DA CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: UMA AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

JOSÉ LUÍZ MUNHÓS – ORIENTADOR

Departamento de Ciências Contábeis – FEA/PUC-SP

LUCAS COSTA SOUZA - ORIENTANDO

Curso de Ciências Contábeis – FEA/PUC-SP

Assiste-se, em especial a partir da década de 1960, a necessidade de controle nos negócios do sistema financeiro em decorrência da integração dos mercados financeiros internacionais. Na esteira da internacionalização, as instituições que formam o sistema financeiro nacional estão aderindo às *International Financial Report Standard* (IFRS). A partir de tal realidade, a presente pesquisa tem por objetivo analisar se as Instituições de Ensino Superior (IES) estão atualizando a composição curricular do curso de ciências contábeis de modo a inserir na formação os tópicos contábeis relativos às instituições financeiras. Foi desenvolvido um estudo descritivo com base na legislação atual que trata do ensino superior nacional e na proposta internacional desenvolvida pela Organização das Nações Unidas. Na abordagem dos dados, foi feita uma análise das matrizes curriculares das 05 (cinco) melhores IES particulares do estado de São Paulo e das 05 (cinco) melhores IES públicas nacionais de acordo com o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Como resultado, os dados apontam para uma inserção do conhecimento na composição curricular, sendo que 80% das universidades públicas e 40% das particulares possuem a disciplina “Contabilidade de Instituições Financeiras”. Este estudo contribui para a atualização curricular do curso de ciências contábeis.

AGÊNCIA DE FOMENTO: PIBIC-CEPE

Palavras-chave: Composição Curricular, Instituições Financeiras, Convergência de Padrões Contábeis.

## 1. INTRODUÇÃO

A “ciência” de forma geral deve acompanhar a evolução das sociedades, o mesmo ocorre com a Ciência Contábil, pois as práticas contábeis estão associadas ao grau de evolução comercial, social e institucional da sociedade, demandando condições para a formação de profissionais qualificados para atuarem nas organizações (IUDÍCIBUS, 2006).

Um dos muitos processos de evolução social que exigiu um desdobramento da contabilidade foi a regulamentação do mercado financeiro nacional que ocorreu somente a partir do biênio de 1964/65, quando foram criados o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Banco Central do Brasil (BACEN). Desde então, a contabilidade bancária e de instituições financeiras vem passando por um grande processo de mudanças.

Uma forte associação que também pode ser feita ao processo evolutivo da contabilidade é que as instituições que compõem o sistema financeiro nacional vêm aderindo às normas internacionais de contabilidade de forma compulsória por normatização do BACEN e da CVM. Outro fator importante que impulsiona este processo de convergência é que a maioria das instituições financeiras tem seus papéis negociados no exterior e precisam atender a legislação local.

É importante ressaltar que existem Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis a operações de instituições financeiras que não foram aprovados especificamente, pois dependem de aprovação do Conselho Monetário Nacional (CMN). Este fato faz com que tais instituições publiquem duas demonstrações contábeis distintas, uma para atender ao BACEN e outra em padrões IFRS.

Devido aos grandes movimentos que ocorrem atualmente no mercado financeiro envolvendo a contabilidade dos produtos e serviços do segmento, espera-se que exista uma preocupação por parte da comunidade científica em entender a evolução do mercado, formando um profissional que saiba o porquê das coisas, e não somente como fazer as coisas na sua forma de aprendizado prático em ambiente de trabalho.

Esta pesquisa procura estudar se o conhecimento referente à contabilidade de instituições financeiras bem como aos padrões internacionais de contabilidade estão sendo abordados na formação dos estudantes da graduação em Ciências Contábeis.

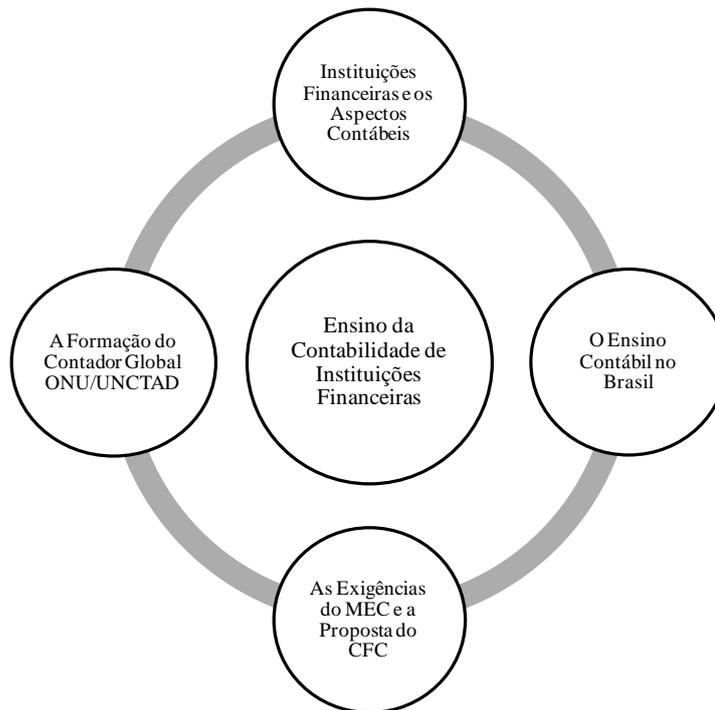
Com base no exposto, propõe-se o seguinte problema de pesquisa: As instituições de ensino superior fornecem conhecimentos acerca do processo de contabilização dos produtos e serviços das instituições financeiras? As mesmas fornecem conhecimentos acerca da contabilidade em padrões internacionais?

O objetivo geral deste trabalho é verificar se as IES estão atualizando a composição do currículo do curso de graduação em ciências contábeis no que tange ao ensino do processo contábil no segmento específico de instituições financeiras.

Intrínsecos ao objetivo geral encontram-se os objetivos específicos, para alcançá-los a pesquisa combinou o estudo descritivo, pois exigiu uma exposição da legislação atual que trata do ensino superior tanto nacional, com as exigências do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quanto internacional, pois aborda a proposta da Conferencia das Nações Unidas para Negociação e Desenvolvimento (ONU/UNCTAD/ISAR). O estudo também se fundamenta na pesquisa documental para a coleta e análise dos dados, pois aborda as composições curriculares disponibilizadas nas paginas das IES na internet.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os fundamentos da pesquisa visam ao contexto histórico do ensino contábil buscando abordar a contabilidade de instituições financeiras e os padrões IFRS mais relevantes, identificando as diretrizes requeridas pelo Ministério da Educação (MEC), a proposta de ensino do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) bem como uma proposta internacional de currículo formulada pela ONU/UNCTAD/ISAR. Conforme demonstrado (Figura 1.), os temas relacionados servem de base fundamental para a análise e entendimento do respectivo conhecimento.



**Figura 1. Abordagem do Ensino da Contabilidade de Instituições Financeiras.**

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2013)

### 2.1. As Instituições Financeiras e os Atuais Aspectos Contábeis

No sistema financeiro pode-se observar a existência de diversas contabilizações complexas que caracterizam o segmento. Niyama (2012, p.206) cita que, “para uma melhor uniformização, o Banco Central do Brasil, em consonância com as disposições constantes na Lei das Sociedades por Ações, elaborou o Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif)”, o qual tem por objetivo racionalizar a utilização das contas e, principalmente, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro.

A tamanha especificidade que representa a contabilidade de instituições financeiras se deve, principalmente, à constante “criatividade” que os profissionais deste segmento possuem em criar produtos e serviços que diversifiquem o mercado, especialmente os que se referem a

títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, representados por swaps, termo e opções.

A partir das exigências de adoção gradativa das normas internacionais de contabilidade, instituída para os bancos através da Resolução BACEN nº 3.786/2009, houve a necessidade de identificação das divergências entre os padrões nacionais (Cosif) e internacionais de contabilidade (IFRS). Neste contexto, as instituições financeiras desenvolveram um mapeamento dos pontos críticos com base em experiências observadas na adoção inicial das normas internacionais.

Mourad (2010, p.13) relata que “através de experiências já passadas foi possível identificar os itens mais críticos para os bancos, bem como as respectivas normas internacionais”, as quais foram relacionadas aos CPC equivalentes no Brasil (Quadro 1):

Norma IFRS	CPC Equivalente	Descrição Geral
IAS 39	CPC 38	<i>Impairment</i> de ativos financeiros
IAS 39	CPC 38	Baixa de ativos e passivos financeiros
IAS 32	CPC 39	Definição de categorias, classes e reclassificações de instrumentos financeiros
IAS 39	CPC 38	Cálculo da taxa efetiva de juros
IAS 39	CPC 38	Utilização de <i>hedge accounting</i>
IAS 39	CPC 38	Identificação e avaliação de derivativos embutidos
IAS 39	CPC 38	Utilização do <i>fair value option</i>
IAS 39	CPC 38	Garantias financeiras
IAS 32	CPC 39	Classificação de um instrumento como passivo ou como um componente do patrimônio líquido do banco
IAS 39	CPC 38	Reestruturação de dívidas e renegociação de ativos
IAS 39	CPC 38	Ativos intangíveis
IFRS 7	CPC 40	Divulgação sobre gestão de riscos originados de instrumentos financeiros

**Quadro 1. Normas IFRS mais Relevantes nas Instituições Financeiras**

Fonte: Adaptado de Mourad (2010, p.13)

Cabe ainda ressaltar que as normas internacionais de contabilidade referente aos instrumentos financeiros, que propõem alterações no IAS 39, ainda estão em discussões públicas cujo principal motivo foi a recente crise mundial envolvendo irregularidades com tais instrumentos, o que exige uma maior discussão das ferramentas contábeis necessária para a correta avaliação, mensuração e divulgação de tais operações.

Assim, é importante destacar que na comparação dos normativos apresentados no Quadro 1, as normas referentes aos instrumentos financeiros em vigor no Brasil com base nos CPC sofrerão alterações, pois o IASB através do documento de data efetiva de adoção datado de Dezembro de 2011 já prevê que passará a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2015 o IFRS 9, substituindo o IAS 39 e correspondentes (IASB, 2011).

Niyama (2012, p.207) salienta que “na conversão para o IFRS no Brasil os princípios de contabilidade geralmente aceitos (GAAP) também estão convergindo para o IFRS conforme as determinações legais que estão mudando a contabilidade para as empresas em geral”. Exceções à regra, para as instituições financeiras existem normas específicas que ainda não foram aceitas, ou estão parcialmente divergentes de acordo com a autoridade local (BACEN). Este fato faz com que tais instituições publiquem duas demonstrações contábeis distintas, uma para atender as normas do BACEN e outra em padrões IFRS.

Adicionalmente aos atuais aspectos contábeis que permeiam as instituições financeiras pode-se destacar o crescente número de instituições sob regime especial no BACEN por ocasião do

da existência de irregularidades nas operações e conseqüentemente nos registros contábeis. Essas ocorrências acarretam em uma “responsabilidade” por parte do contador, o qual tem a função de explicar as situações patrimoniais da entidade.

Assim, o BACEN dispõe ao público a relação de todas as instituições financeiras que estão sob regime especial, dentre as quais destacam-se os “Bancos” que nos últimos 5 (cinco) anos tiveram suas operações encerradas (Quadro 2):

Nome da IF	Segmento	UF	Tipo de Regime Especial	Data Inicial	Data Final	Status
BANCO BMD S.A.	Banco Comercial	SP	Liquidação Extrajudicial	15/05/1998	31/05/2011	Encerrado
BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.	Banco Múltiplo	SP	Administração Especial Temporária (RAET)	04/06/2012	14/09/2012	Encerrado
BANCO MERCANTIL S.A.	Banco Múltiplo	PE	Liquidação Extrajudicial	09/08/1996	29/03/2012	Encerrado
BANCO MORADA S.A.	Banco Múltiplo	RJ	Intervenção	28/04/2011	25/10/2011	Encerrado
BANCO PONTUAL S.A.	Banco Múltiplo	SP	Liquidação Extrajudicial	29/10/1999	04/02/2010	Encerrado
BANCO PORTO SEGURO S.A.	Banco Múltiplo	SP	Liquidação Extrajudicial	11/08/1997	06/06/2012	Encerrado
BANCO ROYAL DE INVESTIMENTO S.A.	Banco de Investimento	SP	Liquidação Extrajudicial	22/05/2003	24/09/2008	Encerrado
BANCO SANTOS NEVES S.A.	Banco Múltiplo	ES	Liquidação Extrajudicial	01/08/2001	01/06/2011	Encerrado
BFC BANCO S.A.	Banco Múltiplo	RJ	Liquidação Extrajudicial	04/12/1995	19/08/2009	Encerrado

**Quadro 2. Instituições Financeiras em Regime Especial**

Fonte: Adaptado de BACEN

O destaque aos bancos se fundamenta na prerrogativa de que os mesmos são responsáveis por um alto volume de recursos de pessoas físicas e jurídicas as quais esperam um retorno como resultado de suas aplicações financeiras, assim, o encerramento de um banco traz graves conseqüências para a economia e para a sociedade em geral.

Baseando-se no fato de que os relatórios contábeis são os principais meios de informação das atividades empresariais e levando-se em consideração a existência dos desafios que cercam o profissional contador e a contabilidade de instituições financeiras, constata-se a necessidade de estudo da transmissão do conhecimento nos cursos de graduação em ciências contábeis. Desta forma, é importante entender o contexto histórico do ensino contábil no Brasil, identificando em quais momentos as instituições financeiras surgem e se já existia uma preocupação por parte da comunidade científica em relação ao conhecimento deste segmento específico.

## 2.2. O Ensino Contábil no Brasil

O ensino contábil no Brasil é marcado por grandes acontecimentos, os quais foram atribuindo mudanças à profissão e ao modelo de ensino. Peleias (2007) apresenta as características da evolução histórica do ensino da contabilidade no Brasil, “tendo início no começo do século XIX, com a instituição formal das Aulas de Comércio e do Instituto Comercial do Rio de Janeiro. No século XX, abrangeu o ensino comercial, os cursos profissionalizantes, a criação do ensino superior e a pós-graduação *Stricto Sensu* em Contabilidade”.

Peleias (2007) relata que é no cenário do pós-guerra até a ascensão de JK que surge o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais:

É nesse cenário que surge o curso superior de Ciências Contábeis e Atuariais, por meio do Decreto-lei nº. 7988, de 22.09.1945, com duração de quatro anos,

concedendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis aos seus concluintes. Em sua primeira edição, a grade curricular do curso tinha como disciplinas específicas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil. Nesta esteira, o governo do Estado de São Paulo instituiu, com o Decreto-lei no. 15601/46, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - FCEA, instalada como dependência da Universidade de São Paulo (PELEIAS 2007, p.26).

Importantes acontecimentos que deixaram um grande legado para a contabilidade nacional ocorreram durante o século XX cujas figuras principais foram a de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek que viabilizaram o desenvolvimento das indústrias, com metas desenvolvimentistas e altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), abrindo espaço para os meios de pagamento e conseqüentemente do desenvolvimento das atividades bancárias.

Ainda neste cenário, um fato importante que ficou marcado na profissão contábil foi a promulgação do Decreto-lei nº 9295, de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade e definiu as atribuições do contador.

A partir dos acontecimentos marcantes da evolução do ensino contábil no Brasil observa-se que na criação do curso superior de Ciências Contábeis, datado da primeira metade do século XX (1945), já existia uma preocupação por parte da comunidade científica com relação ao conhecimento de contabilidade bancária na composição curricular das universidades, este fato antecede até mesmo as criações do CMN e do Banco Central do Brasil que se concretizam somente vinte anos após, em 1965.

Marion (2001), em seus estudos referentes aos anseios da sociedade para com o formando em ciências contábeis, relaciona as novas demandas educacionais ditadas pelo mercado ao qual o profissional está inserido, que “devem considerar a era da informação e currículos dinâmicos que priorizem o *‘KnowWhy’* e não apenas o *‘KnowHow’*”.

Essas demandas são flexibilizadas pela Resolução n. 10 de 2004 do Conselho Nacional da Educação a qual permite as IES o planejamento, da melhor forma possível, dos programas dos cursos, propiciando um conhecimento atual requerido na formação dos profissionais. Historicamente, pode-se identificar a Resolução n. 10 de 2004 do CNE como um dos principais avanços sobre a flexibilização dos currículos do curso de Ciências Contábeis, bem como uma maior liberdade adquirida pelas IES na definição de sua composição curricular para alinhamento com o perfil do profissional desejado, sem deixar de abordar os aspectos essenciais na formação profissional.

### **2.3. Currículo Requerido pelo Ministério da Educação**

As diretrizes curriculares abrangentes estão definidas, principalmente, no Art. 5º da Resolução CNE n. 10/04, de 16 de dezembro de 2004:

Art. 5º - Os cursos de graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, de forma a proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade, em conformidade com a formação exigida pela Organização Mundial do Comércio e pelas peculiaridades das organizações governamentais, observado o perfil definido para o formando e que atendam aos seguintes campos interligados de formação:

I - conteúdos de Formação Básica: estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística;

II - conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado (MINISTERIO DA EDUCAÇÃO).

Soares (2011), analisando as estruturas curriculares do curso de ciências contábeis, cita que a “Resolução do CNE 10 trata de uma forma ampla os itens que devem compor a formação do estudante de ciências contábeis, fato que acarreta em uma maior flexibilização e liberdade às IES para definirem as disciplinas”, pois, de acordo com Soares (2011) “tais diretrizes são apenas norteadoras do currículo e permitem que cada instituição tenha autonomia para desenvolver um currículo formador de um profissional mais coeso com a cultura e economia da sociedade local”.

Analisando a Resolução CNE 10 é possível afirmar que a composição curricular do curso de graduação em ciências contábeis deve proporcionar a harmonização das normas e padrões internacionais de contabilidade. Quanto à abordagem específica da contabilidade de instituições financeiras, considera-se um exemplo de aplicação peculiar do setor público e privado que trata, principalmente, das teorias referentes à quantificação de informações financeiras do segmento, porém a norma não exige que a disciplina de instituições financeiras figure especificamente na composição curricular, o que permite que as IES deixem de abordar o conhecimento caso o julguem como irrelevante.

#### **2.4. Currículo Proposto pelo Conselho Federal de Contabilidade**

O Conselho Federal de Contabilidade a partir da abordagem da Resolução CNE n. 10/04, de 16 de dezembro de 2004, estabelece um modelo detalhado de currículo a ser adotado pelas IES nos cursos de graduação. A proposta tem por objetivo harmonizar a aplicação de disciplinas, tendo em vista a formulação de uma proposta nacional de matriz curricular que possibilite minimizar as divergências entre os cursos superiores de Ciência Contábeis, assim, o CFC define que:

O Conselho Federal de Contabilidade, órgão responsável pela normatização, registro e fiscalização do exercício profissional dos contabilistas no Brasil, vem se empenhando para atender às constantes solicitações sobre os conteúdos que devem compor a formação dos profissionais da área contábil e o aprimoramento do ensino superior de Ciências Contábeis (CARNEIRO 2009, p. 18).

Dentre os aspectos definidos como integrantes da matriz curricular destacam-se as divisões das disciplinas básicas, profissional e optativas. Assim, o CFC busca evidenciar a importância da flexibilização da matriz curricular em função das constantes necessidades de atualização ditadas pela sociedade.

O CFC, nos moldes da Resolução CNE/CES n.º 10/04, relaciona as propostas de disciplinas do Conteúdo de Formação Básica, das quais:

Matemática; Métodos Quantitativos Aplicados; Matemática Financeira; Comunicação Empresarial; Economia, Administração, Instituições de Direito Público e Privado; Direito Comercial e Legislação Societária; Direito Trabalhista e Legislação Social; Direito e Legislação Tributária; Ética e Legislação Profissional; Filosofia da Ciência; Metodologia do Trabalho Científico; Psicologia Organizacional e Tecnologia da Informação (CARNEIRO 2009, p. 27).

O CFC, também nos moldes da Resolução CNE/CES n.º 10/04, relaciona as propostas de disciplinas do Conteúdo de Formação Profissional, das quais:

Contabilidade Básica; Estrutura das Demonstrações Contábeis; Contabilidade Societária; Teoria Geral da Contabilidade; Perícia, Avaliação e Arbitragem; Contabilidade Avançada; Contabilidade de Custos; Apuração e Análise de Custos; Auditoria; Controladoria; Gestão de Finanças Públicas; Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Planejamento e Contabilidade Tributária; Contabilidade Internacional; Responsabilidade Social; Análise de Projetos e Orçamento Empresarial; Análise das Demonstrações Contábeis; Empreendedorismo; Mercado de Capitais; Finanças Empresariais; Sistemas de Informação Gerencial (CARNEIRO 2009, p. 61).

Adicionalmente, o CFC ainda relaciona a proposta das disciplinas de Conteúdo Optativo, dentre as quais se destacam:

Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras; Contabilidade Aplicada às Entidades de Interesse Social; Contabilidade Aplicada ao Agronegócio; Contabilidade Nacional; Economia Brasileira; Governança Corporativa; e Subvenções, Assistências Governamentais e Contratos de Concessões (CARNEIRO 2009, p. 119).

Em consonância com o aprimoramento do ensino superior e de forma a atender as constantes solicitações de conteúdos para a formação de profissionais que entendam os fundamentos contábeis da área de instituições financeiras, foi identificado na proposta de conteúdo abordado pelo CFC que a disciplina de Mercado de Capitais consta inserida primordialmente nos Conteúdos de Formação Profissional, enquanto a disciplina de Contabilidade Aplicada às Instituições Financeiras é indicada como uma disciplina Optativa para os universitários que se interessarem pela área.

## **2.5. Currículo Internacional Proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR**

Buscando uma uniformização global de conteúdos necessários a formação dos profissionais da área contábil, órgãos importantes no contexto internacional buscaram a formulação de um documento a ser adotado pelos países no sentido de adaptar o currículo do curso de ciências contábeis ao contexto internacional.

Lemes e Campos (2011) faz menção de que “a ONU (Organização das Nações Unidas), em conjunto com a UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*) e o ISAR (*International Standards of Accounting and Reporting*), desenvolveu um projeto de caráter internacional que abrange o currículo para os cursos de Ciências Contábeis o qual pode ser utilizado na elaboração dos programas curriculares das universidades visando à atuação internacional do profissional”.

Weffort (2005, p. 112) defende que “os fatores educacionais influenciam na criação de um ambiente favorável aos esforços da convergência contábil”, pois não se pode esperar na adoção dos padrões internacionais uma perfeita utilização em cada país, uma vez que as normas podem ser interpretadas e aplicadas de forma errônea por profissionais mal preparados nas universidades.

Para Lemes e Campos (2011), na esteira da harmonização contábil internacional, “o Currículo Mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR visa apresentar os principais conhecimentos que um contador deve dominar para poder atuar em todo o mundo e desenvolver um trabalho de qualidade”, o que demonstra que o estudo da proposta é relevante, devendo ser considerada estrutura dos cursos de graduação.

Em suma, pode-se observar que o Modelo de Currículo Internacional propõe a divisão do curso de graduação em blocos de conhecimentos, a saber: Conhecimentos Administrativos e Organizacionais, Conhecimentos de Tecnologia da Informação, Conhecimentos Contábeis e Financeiros Básicos e, por fim, os Conhecimentos Optativos Avançados em Contabilidade e Afins (UNCTAD, 2003).

De forma especial, dentro do bloco de Conhecimentos Optativos Avançados em Contabilidade e Afins destaca-se o módulo direcionado aos relatórios contábeis para os segmentos específicos, dentre os quais se relacionam os bancos, seguradoras e outras instituições financeiras. Propõe-se uma abordagem das competências referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de transações econômicas e financeiras do segmento de negócios. Assim, constata-se que os conhecimentos relativos à contabilidade de instituições financeiras também são requeridos na formação do contador global de acordo com a proposta formulada pela ONU/UNCTAD/ISAR.

### 3. METODOLOGIA

A pesquisa tem um enfoque no levantamento dos dados que visam à formulação das considerações sobre uma disciplina específica na estrutura curricular dos cursos de graduação em ciências contábeis, assim, a pesquisa tem um caráter documental.

Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 55), a pesquisa documental é uma “característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. Para Martins e Theóphilo (2009, p. 88) “pesquisa documental não levanta material editado - livros, periódicos etc. -, mas busca material que não foi editado [...]”.

No estudo é utilizado o método qualitativo-indutivo cuja principal finalidade é a análise das variáveis principais, as quais tangem a contabilidade de instituições financeiras e as normas internacionais na composição curricular.

Segundo Martins e Theóphilo (2009, p. 141), os dados coletados no método qualitativo “são predominantemente descritivos e um pequeno detalhe pode ser elemento essencial para o entendimento da realidade”.

O estudo baseia-se principalmente no documento de avaliação do ensino superior disponibilizado na *internet* ao público, o qual possui as pontuações das universidades públicas e particulares brasileiras, cuja competência foi do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE. A partir do *ranking* foram selecionadas as melhores universidades no ensino de contabilidade no nível de graduação.

Através da avaliação do ensino superior aplicada aos cursos de graduação em ciências contábeis pelo INEP no ano de 2009, a pesquisa tem por base a ideia de que as melhores universidades enquadradas no *ranking* possuem uma estrutura curricular aderente aos requisitos do MEC - abordados no referencial teórico - para o curso de graduação em ciências contábeis. Assim, busca-se identificar se a contabilidade de instituições financeiras se enquadra no plano de ensino ou composição curricular das melhores universidades.

A partir do embasamento metodológico que norteia a pesquisa, faz-se importante a definição dos elementos que compõem a amostra analisada, coleta de dados e limitações encontradas no desenvolvimento da pesquisa.

### 3.1. Definição das Amostras

De acordo com Martins e Theóplilo (2009, p. 118), “a amostra é extraída de uma população que se pretende analisar, sendo que a população é o conjunto de indivíduos ou objetos que apresentam em comum determinadas características definidas para o estudo”.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram utilizadas as amostras das 05 (cinco) melhores IES particulares no ensino de contabilidade do estado de São Paulo, bem como as 05 (cinco) melhores IES públicas brasileiras conforme o *ranking* da avaliação do ensino superior do ano de 2009 disponibilizado no site do INEP na *internet*, o qual possui as pontuações das universidades públicas e particulares brasileiras cuja competência foi do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, através do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE.

É importante ressaltar que a escolha da amostra representa confiavelmente a população das melhores universidades, e não o *ranking* do ENADE como um todo, uma vez que a população obteve resultados diferentes nas avaliações. A escolha da amostra parte da prerrogativa de que as melhores universidades possuem características diferenciadas que renderam bons conceitos na avaliação.

### 3.2. Coleta de dados

A partir da definição da amostra, foram utilizadas como instrumento de pesquisa as matrizes curriculares adquiridas através das páginas das IES na *internet*. Assim, os dados da composição curricular foram coletados a partir da seleção das melhores universidades conforme *ranking* do ENADE 2009:

IES	Sigla	UF	Área	Município	CPC faixa
UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	MACKENZIE	SP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SAO PAULO	4
CENTRO UNIVERSITÁRIO FECAP	FECAP	SP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SAO PAULO	4
UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA	UNOESTE	SP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	PRESIDENTE PRUDENTE	4
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUCSP	SP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SAO PAULO	4
UNIVERSIDADE SANTA CECÍLIA	UNISANTA	SP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SANTOS	4

**Quadro 3 - Índice Geral de Cursos – IES Particulares**

**Fonte:** Adaptado INEP IGC

O estado de São Paulo foi escolhido para o estudo da composição curricular das melhores universidades particulares por ser onde se concentra o maior número de instituições financeiras e a BM&FBovespa, tendo como premissa o fato de que São Paulo é o “coração” financeiro do país. Em vista da existência de um alto número de usuários da informação contábil do segmento específico de instituições financeiras em São Paulo, considera-se relevante o estudo da composição curricular das universidades no sentido de identificar as disciplinas voltadas para o segmento financeiro.

Os maiores conceitos no ENADE 2009 para o curso de ciências contábeis foram angariados por universidades públicas as quais adquiriram a pontuação máxima no conceito, CPC faixa

05 (cinco). A partir deste fato, considera-se importante o estudo da composição curricular das melhores universidades públicas de abrangência nacional no sentido de identificar as disciplinas voltadas para o segmento financeiro.

IES	Sigla	UF	Área	Município	CPC faixa
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	DF	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BRASILIA	5
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	MG	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	VICOSA	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI	UFSJ	MG	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	SAO JOAO DEL REI	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	GO	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	GOIANIA	5
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	SC	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	FLORIANOPOLIS	5

**Quadro 4 - Índice Geral de Cursos – IES Públicas**

**Fonte:** Adaptado de INEP IGC

### 3.3. Limitações da Pesquisa

A limitação dos instrumentos utilizados na pesquisa é de caráter amostral, uma vez que grande parte das universidades não disponibilizam ao público o fácil acesso aos programas das disciplinas. A pesquisa ganharia um maior proveito caso analisasse detalhadamente o que se ensina através dos programas das disciplinas de contabilidade de instituições financeiras, mercado de capitais e contabilidade internacional, fato este inviável, pois as universidades disponibilizam apenas as matrizes curriculares do curso de graduação em ciências contábeis.

Outra considerável limitação da pesquisa se refere ao fato de que a amostra dos currículos das melhores universidades foi reduzida devido à dificuldade em adquirir as matrizes curriculares nos sites de algumas IES. Desta forma, as 05 (cinco) melhores universidades particulares do estado de São Paulo e as 05 (cinco) melhores universidades públicas nacionais foram selecionadas por facilitarem o acesso aos dados requeridos para a pesquisa, ou seja, existem outras universidades públicas com conceito 05 (cinco) e particulares com conceito 04 (quatro) no ENADE 2009, enquadradas como as melhores no ensino da contabilidade, que não foram objeto da análise por não facilitarem o acesso em suas páginas na *internet* aos dados requeridos pela pesquisa.

## 4. ANÁLISE DOS DADOS

Com base na composição curricular dos cursos de graduação da amostra das melhores universidades, foi feita uma análise para identificar a frequência das disciplinas relacionadas às instituições financeiras e normas internacionais de contabilidade nas matrizes curriculares.

O resultado da pesquisa foi fruto da aplicação da análise da composição curricular dos cursos de graduação em Ciências Contábeis das IES com o objetivo de visualização das disciplinas tangentes as instituições financeiras e normas internacionais de contabilidade.

Disciplinas	IES Públicas				
	UNB	UFV	UFSJ	UFG	UFSC
• CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1	0	1	1	1
• MERCADO DE CAPITAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1	1	1	0	1
• CONTABILIDADE INTERNACIONAL	1	0	1	1	1
<b>Soma</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

Disciplinas	IES Particulares				
	MACKENZIE	FECAP	UNOESTE	PUCSP	UNISANTA
• CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1	0	0	0	1
• MERCADO DE CAPITAIS E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1	1	0	1	1
• CONTABILIDADE INTERNACIONAL	0	1	0	1	1
<b>Soma</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

#### Quadro 5 – Dados levantados

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

O quadro acima (Quadro 4) demonstra a frequência das disciplinas analisadas na composição curricular das universidades públicas nacionais e particulares do estado de São Paulo. A partir da frequência, os dados foram sintetizados e atribuídos percentuais individuais para as universidades públicas e particulares.

Na atribuição dos percentuais foram consideradas as 05 (cinco) universidade públicas como representativas de 100% do universo analisado, da mesma forma foram consideradas as 05 (cinco) universidade particulares como representativas de 100% do universo analisado e, por fim, de forma geral considerou-se as 10 (dez) universidades públicas e particulares como representativas de 100% do universo analisado. Os resultados foram sintetizados no quadro abaixo (Quadro 5):

Disciplinas	IES Públicas		IES Particulares		Geral	
	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
• CONTABILIDADE DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	4	80%	2	40%	6	60%
• MERCADO DE CAPITAIS	4	80%	4	80%	8	80%
• CONTABILIDADE INTERNACIONAL	4	80%	3	60%	7	70%

#### Quadro 6 – Dados levantados

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

A síntese dos dados em forma percentual evidencia que a disciplina de contabilidade de instituições financeiras é encontrada em apenas 40% das universidades particulares do estado de São Paulo, o que representa 02 (duas) universidades: Mackenzie e Unisanta. Por outro lado, a disciplina é encontrada em 04 (quatro) universidades públicas nacionais, quase toda a totalidade, representando 80% do universo analisado. Adicionalmente, a síntese dos dados permite inferir a proporcionalidade de adoção das disciplinas Mercado de Capitais e Contabilidade Internacional em quase toda a totalidade tanto das IES públicas quanto das particulares.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou contribuir com o conhecimento contábil do segmento específico de instituições financeiras e o tratamento nas IES através das composições curriculares dos cursos de graduação, em vista das demandas da sociedade, das características do ensino superior e legislação vigente, bem como das propostas de currículo tanto nacional quanto internacional.

No sentido de direcionar o estudo aos aspectos concretos do ensino contábil e de forma a responder as perguntas formuladas, a pesquisa apresentou a composição curricular das melhores universidades no ensino contábil de acordo com o INEP, onde foi possível identificar o percentual de disciplinas voltadas para o segmento financeiro e contabilidade internacional. Assim, como resultado da análise dos dados, infere-se que as melhores universidades do *ranking* fornecem em suas composições curriculares disciplinas voltadas para o segmento financeiro e contabilidade internacional.

De forma geral, 80% das 10 (dez) melhores IES analisadas fornecem a disciplina Mercado de Capitais. Ao analisar a disciplina Contabilidade de Instituições Financeiras o percentual é um pouco menor, de forma geral 60% das 10 (dez) melhores IES abordam a disciplina. Ainda é importante inferir que na amostra das melhores IES do Estado de São Paulo identificou-se que apenas 40% das 05 (cinco) melhores IES abordam a disciplina, um percentual pouco expressivo em vista das condições do Estado de São Paulo ser o centro financeiro do país.

Para pesquisas futuras sugere-se a investigação do conhecimento de outros segmentos específicos e seu ensino nas IES em vista das especificidades de cada região bem como uma maior abordagem das demandas do mercado para com a formação de profissionais contábeis dos segmentos específicos.

## 6. REFERÊNCIAS

BACEN, **Relação de Empresas em Regime Especial – Ativos e Encerrados 2012 – Excel (xls)**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/Lid/Liquidacao/default.asp>. Acesso em 14/03/2013.>

CARNEIRO, Juarez Domingues et al. **Proposta nacional de conteúdo para o curso de graduação em Ciências Contábeis**. 2ª edição – revista e atualizada. Fundação Brasileira de Contabilidade Brasília, 2009.

INEP, **Índice Geral de Cursos 2009**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos>. Acesso em 18/06/2012.>

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEMES, Sirlei; CAMPOS, Larissa Couto. **Análise comparativa entre o Currículo Mundial proposto pela ONU/UNCTAD/ISAR e as Universidades Federais do Sudeste.** João Pessoa (PB): III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade - ANPAD, 2011.

MARION, José Carlos. **O ensino da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução n. 10/04, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.** Disponível em <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res10\\_cne.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res10_cne.htm). Acesso em: 06/07/2012.>

MOURAD, Nabil Ahmad. **IFRS: Normas Internacionais de Contabilidade para Bancos.** São Paulo: Atlas, 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade de Instituições Financeiras.** São Paulo: Atlas, 2012.

PELEIAS, Ivam Ricardo. **Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: Uma Análise Histórica.** São Paulo (SP): Revista Contabilidade & Finanças USP, 2007.

SOARES, Sandro Vieira. **Estrutura Curricular dos Cursos de Ciências Contábeis das Universidades Federais da Região Sul do Brasil.** In: XIV SEMEAD ensino e pesquisa em administração. São Paulo, USP, 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD (2003). **REVISED MODEL ACCOUNTING CURRICULUM (MC) - TD/B/COM.2/ISAR/21.** Disponível em: <<http://www.uctad.org>. Acesso em: 20/09/2012.>

WEFFORT, Elionor Farah Jreige. **O Brasil e a harmonização contábil internacional: influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado.** São Paulo: Atlas, 2005.